

INSTITUTO DE PAGAMENTOS
ESPECIAIS DE SÃO PAULO

CARTEIRA DOS ADVOGADOS
Despacho da Diretora, de 21-11-2013
Deferido:
APOSENTADORIA

O pedido de aposentadoria nos termos do artigo 9º do inciso II da lei 13.549/09 formulado pelo Dr. LUIZ FERNANDES, por preencher os requisitos Tempo de Inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, Tempo de Contribuição para as Carteiras e Idade.

O pedido de aposentadoria nos termos do artigo 9º do inciso II da lei 13.549/09 formulado pela Dra. REGINA HELENA DINIZ DE CASTRO SOUZA, por preencher os requisitos Tempo de Inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, Tempo de Contribuição para as Carteiras e Idade .

Deferido:
ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA:
A vista do Laudo Pericial 271/2013 de 31-10-2013, DEFERIDO, o pedido de Isenção de Imposto de Renda, formulado pelo (a) Senhor (a) MARIA CECILIA BRAZ MEHANNA KHAMIS, pensionista é portador (a) de patologia diagnosticada em 22-04-2013 que ESTÁ PREVISTA no inciso XIV do artigo 6º da Lei 7713 de 22/12/88, alterado pelo artigo 47 da Lei 8541 de 23/12/92, com a redação dada pelo artigo 1º da lei 11052 de 29-12-2004.

Por ser doença passível de controle, o presente laudo tem validade de 10 (dez) anos a contar da data do diagnostico (22/04/2013).
Deferido:
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ
A vista do Laudo Pericial 223/2013 de 16-09-2013, DEFERIDO, o pedido de Aposentadoria por Invalidez, de ROMUALDO SANCHES CALVO FILHO, inscrito (a) na Carteira de Previdência dos Advogados, é portador (a) de patologia diagnosticada em JANEIRO/2009 que o (a) INVALIDAM DEFINITIVAMENTE, para exercer suas atividades profissionais.

Para fins de Imposto de Renda, a patologia ENQUADRAM-SE, em definitivo, no inciso XIV do artigo 6º da lei 7713 de 22/12/88, alterado pelo artigo 47 da Lei 8541 de 23/12/92, com a redação dada pelo artigo 1º da lei 11052 de 29/12/2004.

A vista do Laudo Pericial 236/2013 de 23-09-2013, MANTEMOS O DEFERIMENTO, o pedido de Aposentadoria por Invalidez, de ANA RITA ALVES DA MOTA inscrito (a) na Carteira de Previdência dos Advogados, é portador (a) de patologia que o (a) INVALIDA para exercer suas atividades profissionais, EM DEFINITIVO.

Para fins de Imposto de Renda, a patologia NÃO ESTÁ PREVISTA no inciso XIV do artigo 6º da Lei 7713 de 22/12/88, alterado pelo artigo 47 da Lei 8541 de 23/12/92, com a redação dada pelo artigo 1º da lei 11052 de 29-12-2004.

A vista do Laudo Pericial 285/2013, DEFERIDO, o pedido de Aposentadoria por Invalidez, de CLEIDE ANGELINI LINCK inscrito (a) na Carteira de Previdência dos Advogados, é portador (a) de patologia que o (a) INVALIDA para exercer suas atividades profissionais, devendo retornar para nova avaliação médica em 01 (hum) ano.

Para fins de Imposto de Renda, as patologias ENQUADRA-SE no inciso XIV do artigo 6º da lei 7713 de 22/12/88, alterado pelo artigo 47 da Lei 8541 de 23/12/92, com a redação dada pelo artigo 1º da Lei 11052 de 29-12-2004.

Deferido:
PENSÃO:

O pedido de pensão por morte do Dr. ACIR PELIELO, a senhora APARECIDA ANGELINA ROMANO PELIELO (na condição de viúva), conforme previsto no artigo 5º letra “a” da Lei 13.549 de 26-05-2009.

O pedido de pensão por morte do Dr. ANTONIO ROCHA, a senhora VERA LUCIA ROMERO CAVALCANTI (na condição de viúva), conforme previsto no artigo 5º letra “a” da lei 13.549 de 26-05-2009.

O pedido de pensão por morte do Dra. CECILIA AMALIA GAVAZZI CESAR, o senhor ANTONIO MARCIO SIQUEIRA CESAR (viúvo), conforme previsto no artigo 5º letra “a” da lei 13.549 de 26-05-2009.

O pedido de pensão por morte do Dr. LUIZ ANTONIO PEREIRA BIANCHI, a senhora CLAUDET AUGUSTA SCWENGER (na condição de viúva), conforme previsto no artigo 5º da letra “a” da lei 13.549 de 26-05-2009.

O pedido de pensão por morte do Dr. JOÃO DE SOUZA, a senhora INES DA SILVA (condição de viúva), conforme previsto no artigo 5º letra “a” da lei 13.549 de 26-05-2009.

CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO:
Rita de Cassia Correa Melo, Claudeht Urbano de Melo, Vivian Saba, Robson Passos Caires, Eliana Santana Santisteban Duran.

Deferido Recolhimento em Dobro:
Alexandre Alberto Teodoro da Silva, Vinicius Pelicari Gime-nes.

Indeferimento do Recolhimento em Dobro:
Robson Passos Caires

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA
COMPLEMENTAR DO ESTADO
DE SÃO PAULO

Extrato de Termo de Apostila
Contratante: FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMEN-
TAR DO ESTADO DE SÃO PAULO – SP-PREVCOM
Contratada: BRASFILTER INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
Processo: 091/2012
Objeto: apostilar o reajuste oficial IPC-FIPE, ao contrato 15/2012, concedido nos termos do § 8º do artigo 65 da lei 8.666/93
Data de assinatura: 21-11-2013

Agricultura e
Abastecimento

GABINETE DA SECRETÁRIA

Resolução SAA - 154, de 22-11-2013
*Estabelece exigências para cadastramento de vivei-
ros, jardins clonais, plantas matrizes produtoras de
sementes e normas técnicas de defesa sanitária
vegetal, para a produção, comércio e o transporte
de mudas, borbulhas e sementes de seringueira
(Hevea spp) no Estado de São Paulo*

A Secretária de Agricultura e Abastecimento, considerando o artigo 44, inciso II, alíneas “c” e “m” do Decreto 43.142, de 2 de junho de 1998; a Lei estadual 10.478, de 22-12-1999; o Decreto estadual 45.211, de 19-09-2000; o Decreto estadual 54.691, de 19-08-2009, e a importância da cultura da seringueira para o Estado de São Paulo, resolve:

Artigo 1º - Estabelecer exigências para cadastramento de viveiros, jardins clonais, plantas matrizes produtoras de sementes e normas técnicas de defesa sanitária vegetal, para a produção, comércio e o transporte de mudas, borbulhas e sementes de seringueira (Hevea spp) no Estado de São Paulo.

SEÇÃO I
DAS CONCEITUAÇÕES
Artigo 2º - Para efeito desta Resolução, entende-se por:
I. Área de produção de sementes: plantas fornecedoras de sementes com comprovação de origem genética e sanidade controlada, destinada à produção de porta-enxerto, mantida de acordo com a legislação específica;

II. Borbulha de seringueira: porção de casca de planta, com ou sem lenho, que contenha uma gema passível de reproduzir a planta original;
III. Certificado Fitossanitário de Origem - CFO: documento expedido por Engenheiro Agrônomo ou Engenheiro Florestal, habilitado pela Coordenadoria de Defesa Agropecuária, que atesta a condição fitossanitária da partida de plantas, parte de vegetais ou produtos de origem vegetal, de acordo com as normas oficiais de defesa sanitária vegetal;

IV. Certificado de Sanidade Vegetal - CSV: documento emitido pela Coordenadoria de Defesa Agropecuária, atestando a fiscalização, a vigilância fitossanitária das mudas e a conformidade com as normas vigentes;

V. Comerciante: toda pessoa física ou jurídica que comercialize material de propagação vegetativa (sementes, borbulhas e mudas);

VI. Detentor do material de propagação: toda pessoa física ou jurídica que esteja produzindo, transportando, expondo à venda, ofertando, vendendo, armazenando, plantando ou tendo plantado, permutando ou consignando material de propagação vegetativa;

VII. Documento de cadastramento: documento expedido pela Coordenadoria de Defesa Agropecuária, que comprova o cadastramento;

VIII. Etiqueta: dispositivo de identificação do material de propagação vegetativa;

IX. Depósito de mudas: área convenientemente demarcada e tecnicamente adequada, onde as mudas de seringueira são estocadas, expostas para comercialização ou não, até sua destinação final;

X. Fiscalização: ato de inspeção realizado por Engenheiro Agrônomo da Coordenadoria de Defesa Agropecuária, em mudas, jardins clonais e plantas matrizes produtoras de semen-tes;

XI. Jardim clonal: conjunto de plantas jovens de espécies e cultivares definidos, destinado ao fornecimento de borbulhas;

XII. Lote de mudas: quantidade definida de mudas homo-gêneas e uniformes, identificadas por combinação de letras e/ou números, durante o processo de produção e comercialização;

XIII. Muda de seringueira: estrutura vegetal, enxertada com material do mesmo gênero, ou não enxertada, no caso de porta enxerto, com a finalidade específica de transplante ou plantio;

XIV. Permissão de Trânsito Vegetal - PTV: documento emitido para acompanhar o trânsito da partida de plantas, parte de vegetais ou produtos de origem vegetal, de acordo com as normas de defesa sanitária vegetal;

XV. Planta de seringueira: aquela pertencente à Hevea spp;

XVI. Produtor de borbulhas: toda pessoa física ou jurídica que, assistida por responsável técnico, produz borbulhas em local definido e tecnicamente adequado, conforme as normas de defesa sanitária vegetal;

XVII. Produtor de sementes: toda pessoa física ou jurídica que, assistida por responsável técnico, produz sementes destina-das à produção de mudas, em local definido e tecnicamente adequado, conforme normas de defesa sanitária vegetal;

XVIII. Responsável técnico pela sanidade: Engenheiro Agrô-nomo ou Engenheiro Florestal, registrado no respectivo Con-selho Regional Profissional, habilitado na Coordenadoria de Defesa Agropecuária, que se responsabiliza pela sanidade do material de propagação vegetativo;

IXX. Trânsito de material de propagação: transporte de material de propagação a partir da área de produção de semen-tes, jardim clonal, viveiro e/ou do depósito de mudas para o local definitivo;

XX. Vistoria: atividade realizada por Engenheiro Agrônomo ou Engenheiro Florestal responsável pelas áreas de produção de sementes, do jardim clonal, do viveiro e/ou do depósito de mudas, relacionado à fitossanidade do material propagativo;

XXI. Viveirista: toda pessoa física ou jurídica que, assistida por responsável técnico, produz mudas em local definido e tecnicamente adequado, conforme normas de defesa sanitária vegetal;

XXII. Viveiro de mudas: área convenientemente demarcada e tecnicamente adequada, conforme estabelece esta Resolução, onde as mudas são produzidas e/ou mantidas, até sua desti-nação final.

SEÇÃO II
DO CADASTRAMENTO DA ÁREA DE PRODUÇÃO DE SEMENTES E DO JARDIM CLONAL

Artigo 3º - A área de produção de sementes destinada à produção de porta-enxerto de seringueira deverá ser cadastrada pela Coordenadoria de Defesa Agropecuária, órgão estadual de defesa sanitária vegetal. Para o cadastramento são exigidos:

I. Requerimento de cadastramento junto à Coordenadoria de Defesa Agropecuária;

II. Termo de Responsabilidade assinado pelo Engenheiro Agrônomo ou Engenheiro Florestal, responsável técnico pela sanidade das plantas fornecedoras de sementes;

III. Documento de habilitação para o signatário requerer e assumir responsabilidades pela empresa, quando for o caso;

IV. Laudo de Vistoria e Inspeção da área de produção de sementes, emitido pelo Engenheiro Agrônomo ou Engenheiro Florestal, responsável técnico pela produção e sanidade, e ates-tado pelo Engenheiro Agrônomo da Coordenadoria de Defesa Agropecuária, responsável pela fiscalização;

V. Área de produção de sementes identificada por coor-denadas geodésicas (latitude e longitude), expressa em graus, minutos e segundos, conforme estabelece o Sistema Geodésico Brasileiro, com os clones devidamente identificados no local e em croqui;

VI. A área para produção de sementes deve ser adequada-mente preparada, livre de plantas daninhas e de restos vegetais, para facilitar a coleta das sementes, e o seringal deve ter boas condições fitossanitárias;

VII. Atestado de comprovação da origem genética dos clones da área de produção de sementes, emitido pelo respon-sável técnico, conforme modelo da Coordenadoria de Defesa Agropecuária;

VIII. A área para produção de sementes deve ser de seringal adulto, com no mínimo 10 (dez) anos de idade, e com os clones devidamente identificados no local e em croqui;

§ 1º - Não existindo disponibilidade de sementes para a produção de porta enxertos originadas de áreas cadastradas, em caráter excepcional, e mediante autorização da Coordena-doria de Defesa Agropecuária, poderão ser utilizadas sementes de áreas não cadastradas, desde que o responsável técnico assuma a responsabilidade pela sanidade e viabilidade genética do material.

§ 2º - Caso no requerimento conste mais de uma pessoa física, cada um dos interessados deverá estar devidamente identificado, ficando os mesmos responsáveis pelo atendimento da legislação pertinente.

§ 3º - Para cada cadastramento efetuado será emitido um comprovante de cadastro pela Coordenadoria de Defesa Agropecuária.

§ 4º - O cadastro deverá ser revalidado a cada 3 (três) anos.

§ 5º - O cadastro será cancelado se ocorrer descumprimento à legislação vigente.

Artigo 4º - O jardim clonal, destinado à produção de material de propagação vegetativa de seringueira, deverá ser cadastrado na Coordenadoria de Defesa Agropecuária. Para o cadastramento são exigidos:

I. Requerimento de cadastramento junto à Coordenadoria de Defesa Agropecuária;

II. Termo de Responsabilidade assinado pelo Engenheiro Agrônomo ou Engenheiro Florestal, responsável técnico pela sanidade do jardim clonal;

III. Plano de formação do jardim clonal, com prazo máximo de 30 (trinta) dias do início do plantio das mudas, indicando no mínimo a data de plantio, quantidade e os clones utilizados;

IV. Documento de habilitação para o signatário requerer e assumir responsabilidades pela empresa, quando for o caso;

V. Laudo de Vistoria e Inspeção do local realizado antes do plantio das mudas, emitido pelo Engenheiro Agrônomo ou Enge-nheiro Florestal, responsável técnico pela produção e sanidade, e atestado pelo Engenheiro Agrônomo da Coordenadoria de Defesa Agropecuária, responsável pela fiscalização;

VI. Laudo de Vistoria e Inspeção do jardim clonal, no caso de já estar instalado, emitido pelo Engenheiro Agrônomo ou Enge-nheiro Florestal, responsável técnico pela produção e sanidade, e atestado pelo Engenheiro Agrônomo da Coordenadoria de Defesa Agropecuária, responsável pela fiscalização;

VII. Jardim clonal identificado por coordenadas geodésicas (latitude e longitude), expressas em graus, minutos e segundos, conforme estabelece o Sistema Geodésico Brasileiro, com os clones devidamente identificados no local e em croqui;

VIII. Comprovação da origem genética dos clones, através de laudo laboratorial realizado por laboratório de instituição pública de pesquisa e/ou credenciado pelo Ministério da Agri-cultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, e cadastrado na Coordenadoria de Defesa Agropecuária;

IX. Jardim clonal sem plantas com variação genotípica e sem patógenos nocivos à seringueira que venha a ser determi-nado por legislação específica;

X. Comprovação de sanidade, através de laudo laboratorial realizado por laboratórios credenciados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e cadastrados na Coordenadoria de Defesa Agropecuária, conforme a legislação específica;

XI. Borbulhas usadas para formação de jardim clonal, a partir da publicação desta Resolução, deverão ser originadas de planta matriz de jardim clonal cadastrado na Coordenadoria de Defesa Agropecuária, e com comprovação de origem genética do clone.

§ 1º - Caso no requerimento conste mais de uma pessoa física, cada um dos interessados deverá estar devidamente identificado, ficando os mesmos responsáveis pelo atendimento da legislação pertinente.

§ 2º - Para cada cadastramento efetuado será emitido um comprovante de cadastro pela Coordenadoria de Defesa Agropecuária.

§ 3º - O cadastro deverá ser revalidado a cada 3 (três) anos.

§ 4º - O cadastro será cancelado se ocorrer descumprimento à legislação vigente.

SEÇÃO III
DAS EXIGÊNCIAS PARA O JARDIM CLONAL E PARA OS CLONES UTILIZADOS COMO MATERIAL DE PROPAGAÇÃO VEGETATIVO

Artigo 5º - As plantas fornecedoras de material de propa-gação vegetativo devem atender as seguintes características:

I. Ser de clone inscrito no Registro Nacional de Cultivares - RNC;

II. Possuir características típicas da espécie e do clone à qual pertencem, com comprovação da origem genética;

III. Estar livre de pragas ou variação genotípica, considera-das restritivas à produção econômica da futura planta;

IV. As plantas fornecedoras de material de propagação do jardim clonal devem ser eliminadas no prazo máximo de 8 (oito) anos, a partir do plantio das mudas, procedendo-se sua renovação com novas mudas, mediante comprovação da origem genética do clone;

V. O jardim clonal deverá ser formado por, no mínimo, 10 (dez) plantas por clone, devidamente identificado no local e em croqui. Se ocorrer mortes de plantas, não poderá haver replantio do lote;

VI. Os clones deverão ser agrupados em lotes, que devem estar separados por, no mínimo, 2 (dois) metros de distância.

SEÇÃO IV
DO CADASTRAMENTO DE VIVEIRO E DO DEPÓSITO DE MUDAS DE SERINGUEIRA

Artigo 6º - Os viveiros e depósitos de mudas de seringueira, independente de sua finalidade, deverão ser cadastrados na Coordenadoria de Defesa Agropecuária. Para o cadastramento são exigidos:

I. Requerimento de cadastramento pelo viveirista ou com-erciante de mudas, junto à Coordenadoria de Defesa Agropecuária;

II. Termo de compromisso do responsável técnico pela sanidade das mudas;

III. Laudo da infraestrutura do viveiro e do depósito, com parecer do responsável pela fiscalização da Coordenadoria de Defesa Agropecuária;

IV. Atendimento das exigências sanitárias para a instalação de viveiros e do depósito de mudas de seringueira, conforme legislação vigente;

V. Documento de habilitação para o signatário requerer e assumir responsabilidades pela empresa, quando for o caso;

§ 1º - Caso no requerimento conste mais de uma pessoa física, cada um dos interessados deverá estar devidamente identificado, ficando os mesmos responsáveis pelo atendimento da legislação pertinente.

§ 2º - Para cada cadastramento efetuado será emitido um comprovante de cadastro pela Coordenadoria de Defesa Agropecuária.

§ 3º - O cadastro deverá ser revalidado a cada 3 (três) anos.

§ 4º - O cadastro será cancelado se ocorrer descumprimento a legislação vigente.

SEÇÃO V
DAS EXIGÊNCIAS PARA O VIVEIRO DE MUDAS, PARA O JAR-DIM CLONAL, E PARA O DEPÓSITO DE MUDAS DE SERINGUEIRA

Artigo 7º - As instalações dos viveiros de mudas, dos jardins clonais e dos depósitos de mudas de seringueira deverão aten-der os seguintes requisitos:

I. Área de produção de mudas, de borbulhas e do depósito de mudas, mantida a uma distância mínima de 50 (cinquenta) metros do seringal ou de planta de seringueira, bem como, de outras culturas hospedeiras de pragas comuns à seringueira;

II. Área livre de pragas restritivas à cultura, com nema-tóides Meloidogyne spp e Pratylenchus spp, plantas daninhas de difícil controle ou erradicação, como tiririca (Cyperus spp), grama seda (Cynodon spp) e outras pragas que venham a ser estabelecidas pela legislação;

III. Solo profundo e bem drenado, no caso do jardim clonal;

IV. Perímetro externo da área de produção e do depósito de mudas deve conter faixa mínima de 5 (cinco) metros, com grama roçada ou livre de vegetação;

V. Local acessível para realização de inspeções;

VI. Ausência de entrada de águas invasoras no ambiente de produção;

VII. Presença de dispositivo físico para restrição à entrada de pessoas não autorizadas e de animais, no ambiente de produção;

VIII. Manutenção do ambiente limpo, livre de plantas dani-nhas e de restos vegetais;

IX. Área exclusiva para a produção de mudas ou de borbu-lhas de seringueira;

X. Atendimento às exigências fitossanitárias da legislação vigente;

XI. No depósito, as mudas de seringueira deverão ter uma área exclusiva, adequadamente separadas das demais, estar em bancadas suspensas ou em áreas totalmente em concreto ou material similar, evitando-se contato direto com o solo.

SEÇÃO VI
DAS EXIGÊNCIAS FITOSSANITÁRIAS PARA PRODUÇÃO DE MUDAS DE SERINGUEIRA

Artigo 8º - A produção de mudas de seringueira deverá atender às seguintes exigências fitossanitárias:

I. Os porta-enxertos (mudas não enxertadas) devem ser formados em sacola, recipientes plásticos ou material similar, com substrato, sobre bancadas com, no mínimo, 40 (quarenta)

centímetros de altura do solo. O substrato será obrigatoriamente renovado a cada semeadura;

II. As mudas (mudas enxertadas) devem ser formadas em sacola, recipiente plástico ou material similar, com substrato, sobre bancadas com, no mínimo, 40 (quarenta) centímetros de altura do solo;

III. O substrato deve ser armazenado e manipulado obriga-toriamente em local sem contato com o solo, e livre de águas invasoras;

IV. O substrato deve apresentar boa porosidade, sem mistura com terra, estar isento de nematóides, fungos e outros patógenos nocivos à seringueira, que venha a ser determinado por legislação específica, estar livre de tiririca (Cyperus spp.) e de grama seda (Cynodon spp);

V. As mudas devem ser agrupadas em lotes e clones, deven-do os lotes ficar separados nas bancadas por, no mínimo, 20 (vinte) centímetros de distância;

VI. As bancadas devem ser separadas por correadores de no mínimo 50 (cinquenta) centímetros de largura;

VII. Todos os lotes de mudas devem ser identificados, con-forme exige a legislação em vigor;

VIII. As mudas devem estar livres de pragas nocivas à cultura;

SEÇÃO VII
DA SANIDADE DA MUDA DE SERINGUEIRA

Artigo 9º - O documento que certifica que a muda recebeu acompanhamento técnico de sanidade é o Certificado Fitos-sanitário de Origem - CFO, emitido por Engenheiro Agrônomo ou Engenheiro Florestal habilitado, que, baseado em vistorias e laudos laboratoriais, atestará que as mudas estão livres de pragas restritivas à cultura, constando no mínimo as seguintes informações:

I. Número do lote da mudas;

II. Clone da muda e do porta-enxerto, se for enxertada, e

idade;

III. Quantidade de mudas;

IV. Número e data do laudo do exame fitossanitário das mudas e identificação do laboratório que o realizou.

Artigo 10 - O viveirista fica obrigado a encaminhar à unidade regional da Coordenadoria de Defesa Agropecuária, até 15 (quinze) dias após a primeira semeadura, plano técnico em modelo próprio, no qual constem as informações sobre as mudas a produzir.

Parágrafo único – Outras produções podem ser agrupadas no mesmo plano técnico, desde que o período total de semea-dura não ultrapasse 60 (sessenta) dias.

Artigo 11 – As mudas e o porta-enxertos de seringueira deverão estar livres de pragas limitantes à cultura como Meloi-dogyne spp e Pratylenchus spp.

Parágrafo único - Os exames laboratoriais que comprovem que o lote de mudas está isenta de nematóides Meloidogyne spp e Pratylenchus spp, deverão ser realizados, da seguinte forma:

I. Obrigatoriamente em laboratórios credenciados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e cadastrados na Coordenadoria de Defesa Agropecuária;

II. A data da coleta de amostras para exames laboratoriais deverá ser previamente comunicada formalmente à unidade regional da Coordenadoria de Defesa Agropecuária, ficando sujeito à fiscalização;

III. A coleta e o encaminhamento das amostras para exame devem ser realizados pelo Responsável Técnico;

IV. A sistemática de amostragem será definida em instrução específica da Coordenadoria de Defesa Agropecuária;

V. O laudo dos exames laboratoriais deve, obrigatoriamente, ser encaminhado à unidade regional da Coordenadoria de Defe-sa Agropecuária, responsável pela fiscalização fitossanitária das mudas, imediatamente após a emissão.

Artigo 12 - O responsável técnico pela sanidade das mudas deverá cumprir o disposto nesta norma, acompanhar e orien-tar o produtor em todas as fases de produção das mudas, vistoriar o viveiro, e emitir os seguintes laudos de vistorias:

I. Semeadura e transplante;

II. Enxertia, e

III. Pré-comercialização.

Parágrafo único: Os laudos das vistorias devem ser encami-nhados a unidade regional da Coordenadoria de Defesa Agro-pecuária, responsável pela fiscalização fitossanitária das mudas.

Artigo 13 - O viveirista deverá apresentar, ao final da produ-ção de cada plano técnico, um relatório final em modelo próprio estabelecido pela Coordenadoria de Defesa Agropecuária, sobre as ocorrências sanitárias, produção total e destino das mudas.

Artigo 14 - Atendidas todas as exigências estabelecidas, e comprovando-se a sanidade das mudas através de vistorias, fiscalizações e exames laboratoriais, a unidade regional da Coordenadoria de Defesa Agropecuária emitirá o Certificado de Sanidade Vegetal para as mudas.

Artigo 15 - Havendo comprovação de praga restritiva, através de laudo laboratorial, o viveiro será interditado até que todas as mudas do lote contaminado, objeto da análise, sejam destruídas pelo viveirista e/ou responsável técnico, com acompanhamento da Coordenadoria de Defesa Agropecuária, não cabendo nenhum tipo de indenização.

Artigo 16 - A responsabilidade técnica pela produção e sanidade de mudas de seringueira é de competência exclusiva do Engenheiro Agrônomo ou Engenheiro Florestal.

SEÇÃO VIII
DA COMERCIALIZAÇÃO E TRÂNSITO DE SEMENTES, BOR-BULHAS E MUDAS DE SERINGUEIRA

Artigo 17 - Para o trânsito, comércio e uso, as sementes, bor-bulhas e mudas de seringueira deverão estar obrigatoriamente:

I. Acompanhadas de Nota Fiscal ou Nota de Produtor, indi-cando sua origem e destino;

II. Acompanhadas da Permissão de Trânsito de Vegetal;

III. As mudas serão devidamente identificadas com etique-tas, que devem conter os seguintes dados:

a) Nome do viveirista;

b) Identificação do viveiro;

c) Número do registro e cadastro;

d) Espécie;

e) Clone;

f) Porta-enxerto; e

g) Número do lote.

IV. Isentas de pragas consideradas restritivas a sua produ-ção conforme Legislação vigente;

V. Em conformidade com as exigências da Unidade Federa-tiva destinatária;

Parágrafo único - No caso de mudas de um só clone, pro-cedente de um único viveiro e destinada a um único plantio, a identificação poderá constar apenas na Nota Fiscal ou Nota de Produtor.

Artigo 18 - Para efeito de controle da fiscalização deverá ser mantido no viveiro, no jardim clonal e na área

SEÇÃO IX
DA FISCALIZAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DA SANIDADE VEGETAL PELA COORDENADORIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

Artigo 20 - O documento que comprova que as mudas estiveram sob a fiscalização fitossanitária nos termos da legislação em vigor no Estado de São Paulo, e que foram liberadas para transporte, comercialização e plantio, é o Certificado de Sanidade Vegetal – CSV, emitido pela unidade regional da Coordenadoria de Defesa Agropecuária.

SEÇÃO X
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 21 - A emissão de Permissão de Trânsito de Vegetais - PTV, ocorrerá mediante solicitação antecipada de 48 (quarenta e oito) horas, pelo interessado, com a apresentação do Certificado Fitosanitário de Origem - CFO e Nota Fiscal ou Nota de Produtor.

Artigo 22 - O detentor de mudas deve cumprir a legislação em vigor, e propiciar à unidade regional de Defesa Agropecuária as condições necessárias para o exercício de suas funções, comunicando, por escrito, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, qualquer alteração ocorrida nas condições iniciais que permitiram o cadastramento ou que possam vir a comprometer os objetivos visados nesta Resolução.

Artigo 23 - Será dado conhecimento ao público, pela Coordenadoria de Defesa Agropecuária, dos viveiros de produção de mudas, dos jardins clonais e das áreas de produção de sementes cadastradas naquela Coordenadoria.

Artigo 24 - As solicitações e comunicações, necessárias para atendimento da presente Resolução, deverão ser feitas, por escrito, junto à unidade regional de Defesa Agropecuária.

Artigo 25 - Os viveiros de produção de mudas de seringueira terão 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data de publicação desta Resolução, para se cadastrarem na Coordenadoria de Defesa Agropecuária.

Artigo 26 - Os jardins clonais e as áreas de produção de sementes de seringueira terão 360 (trezentos e sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Resolução, para se cadastrarem na Coordenadoria de Defesa Agropecuária.

Artigo 27 - É obrigatório o recolhimento anual da taxa de vigilância fitossanitária e epidemiológica, conforme Decreto estadual 45.21, de 19-09-2000.

Artigo 28 - A Coordenadoria de Defesa Agropecuária poderá editar normas complementares, para estabelecimento de critérios técnicos e administrativos, que se fizerem necessários para cumprimento desta Resolução.

Artigo 29 - O não cumprimento dos requisitos estabelecidos nesta Resolução sujeita o infrator às sanções estabelecidas pelo Decreto estadual 45.211, de 19-09-2000, que regulamenta a Lei 10.478, de 22-12-1999, a qual dispõe sobre a adoção de medidas de defesa sanitária vegetal no âmbito do Estado de São Paulo.

Artigo 30 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Artigo 31 – Os jardins clonais já instalados terão 360 (trezentos e sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Resolução, para apresentar laudos laboratoriais de comprovação genética dos clones utilizados para a produção de borbulhas.

Artigo 32 - O viveiro de produção de mudas de seringueira formado a partir de 01-01-2015, deverá adequar-se às exigências desta Resolução, na seguinte forma:

- I. Distância mínima de 50 (cinquenta) metros, conforme disposto no artigo 7º, inciso I, desta Resolução;
 - II. Germinador para porta-enxertos em bancada suspensa, em recipiente plástico ou similar, com substrato, conforme disposto no artigo 8º, inciso I, desta Resolução;
 - III. Produção de mudas em bancada suspensa, em recipiente plástico ou similar, com substrato, conforme disposto no artigo 8º, inciso II, desta Resolução;
 - IV. Uso de substrato conforme artigo 8º, incisos III e IV, desta Resolução;
 - V. Coleta de amostras para exames laboratoriais determinado pelo artigo 11, parágrafo único, desta Resolução.
- Artigo 33 – O lote de produção de mudas de seringueiras, instalado antes da publicação desta Resolução, terá até 31-12-2015, para finalizar a produção e o comércio das mudas.

Resolução SAA - 155, de 21-11-2013

Autoriza servidores do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista – O Banco do Agronegócio Familiar – FEAP/BANAGRO a movimentar a Subconta e, a Conta Movimento, referentes ao Convênio celebrado em 30-04-2013, entre o Estado de São Paulo, através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e, o Banco do Brasil S.A, para o desenvolvimento do Projeto Financiamento do Custeio Agropecuário Atrelado a Contrato de Opção

A Secretária de Agricultura e Abastecimento, considerando o disposto no item VIII, da Cláusula Terceira, do Convênio celebrado em 30-04-2013, entre o Estado de São Paulo, através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, e o Banco do Brasil S/A, para administrar os recursos destinados à concessão de subvenções econômicas aos beneficiários do Projeto Financiamento do Custeio Agropecuário Atrelado a Contrato de Opção, por intermédio do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista – O Banco do Agronegócio Familiar (FEAP-BANAGRO), resolve:

Artigo 1º - Ficam os servidores a seguir relacionados, lotados no Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista – O Banco do Agronegócio Familiar – FEAP/BANAGRO, autorizados a emitir ordens de movimentação dos recursos disponíveis na Subconta e na Conta Movimento, abertas na Agência 1897 – Governo São Paulo do Banco do Brasil S/A, para os pagamentos das subvenções aos beneficiários do Projeto Financiamento do Custeio Agropecuário Atrelado a Contrato de Opção:

Fernando Aluizio Pontes de Oliveira Penteado - RG: 11.313.338

Barbara Fialho Carvalho Sampaio - RG: 44.072.048-5

Roberto Lunetta - RG: 10.683.860-X

Artigo 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação e, revoga a Resolução SAA 47, de 29-05-2013 (PSAA 1.440/2008 – 2º volume).

Despacho da Secretária, de 22-11-2013

Ratificando, nos termos do disposto no art. 26 da Lei federal 8.666/93, c.c. o art. 26 da Lei estadual 6.544/89, a inexistibilidade de licitação reconhecida pelo Chefe de Gabinete, com fundamento no art. 25, “caput”, do aludido Estatuto Federal Licitatório, destinada a contratação da Associação Brasileira de Ouvidores/Ombudsman (ABO), inscrita no CNPJ sob 05.347.428/0001-29, para ministrar “Curso de capacitação de Ouvidores do Estado de São Paulo” (PSAA 17.757/2013).

Retificação do D.O. de 15-11-2013

Retificando Despacho da Secretária da Pasta onde se lê, 18-11-2013, leia-se 21-11-2013 e, onde se lê, Barretos/SP – São Carlos/SP, leia-se Ribeirão Preto/SP – Sertãozinho/SP.

GRUPO DE TRABALHO
E ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS

Extrato de Convênios

Objeto: Instrumento de Doação de Equipamentos de Informática e Móveis para Escritório. Decreto 51027 de 04/08/06 e suas alterações posteriores. Partícipes: Secretaria de Agricultura e Abastecimento e as Associações:

Associação dos Produtores Rurais de Aspásia – Aspásia – SP – PSAA 18.423/2011 – Parecer C.J. 540/11 - Data da Assinatura: 21-11-2013.

Associação dos Pequenos Produtores Rurais de União Paulista – União Paulista – SP – PSAA 30.079/2009 – Parecer C.J. 1.791/09 - Data da Assinatura: 21-11-2013.

Objeto: Instrumento de Doação de Bens Móveis. Decreto 51027 de 04/08/06 e suas alterações posteriores. Partícipes: Secretaria de Agricultura e Abastecimento e o Município de:

Presidente Epitácio – PSAA 4.266/2012 – Parecer C.J. 725/13 - Data da Assinatura: 21-11-2013.

Extratos de Convênio

Objeto: Convênio do Sistema Integrado dos Serviços de Assistência Técnica, Extensão Rural e Orientação dos Agronegócios, Decreto 40.103/95 e alterações posteriores.

Data de Assinatura: 21-11-2013 - Valor: R\$ 20.000,00.

Vigência: A partir da data de sua assinatura até 31-12-2013.

Partícipes: Secretaria de Agricultura e Abastecimento e os Municípios de:

Bálsamo

Processo SAA 14.956/2013 – Parecer CJ 930/13

Birigui

Processo SAA 10.180/2013 – Parecer CJ 958/13

Socorro

Processo SAA 14.572/2013 – Parecer CJ 915/13

Mesópolis

Processo SAA 12.999/2013 – Parecer CJ 933/13

34	Honorio Estevam Ferreira	13.849.329	1-A	81	6	87	456	6.343	6.343	20.149
35	Anesio David De Souza	8.431.203	1-A	86	0	86	457	11.778	11.778	19.897
36	Helio Barbosa Campos	10.567.506	1-B	86	0	86	457	11.363	11.387	20.361
37	Luiz Carlos Manrique	6.014.169	1-C	86	0	86	457	9.269	12.148	20.943
38	Sergio Roberto Pennaforte	14.469.826	1-B	86	0	86	457	8.699	8.699	16.796
39	João Batista Leandro	9.067.654	1-A	86	0	86	457	6.360	6.360	22.328
40	Luci Helena Domingues Ribeiro	20.816.287-2	1-A	86	0	86	457	6307	6307	15269
41	Francisco Aparecido Zanetti	20.451.700	1-A	86	0	86	457	6.295	6.295	24.133
42	Maria Lucia Da Silva	19.307.346	1-A	86	0	86	457	6.286	6.286	15.858
43	Dirce Moraes De Almeida	13.106.084	1-A	86	0	86	457	6.178	6.302	22.076
44	Aparecido Genaro	17.293.887	1-B	86	0	86	456	6.045	6.045	20.598
45	José Arcanjo Filho	8.751.046	1-C	85	0	85	457	10.137	10.137	21.139
46	Benedito De Souza Diniz	8.509.883	1-B	85	0	85	457	9.530	9.530	22.473
47	Ivanel Neto	13.379.119-1	1-B	85	0	85	457	8941	8941	18927
48	Gerson Ramalho Dos Santos	25.032.603-6	1-A	83	2	85	457	6327	6327	14891
49	Luís Carlos Marra	12.328.049-7	1-B	85	0	85	457	6311	6311	18549
50	Maria Do Carmo Da Silva	29.036.153-9	1-A	85	0	85	457	6273	6273	17653
51	Vanir Andrade Dias Alvares	7.459.802-8	1-A	85	0	85	457	5.828	8.211	21.114
52	Vladimiro Gava	10.136.187	1-B	85	0	85	455	8.688	8.688	20.952
53	Antonio Pedrozio De Mendonça	8.544.697	1-A	85	0	85	452	12.171	12.171	22.030
54	Valentim Otaviano Dos Santos Filho	10.176.891-6	1-B	85	0	85	427	10.036	10.036	21.094
55	Antonio Alves Pereira	5.556.975	1-B	84	0	84	457	14.144	14.144	23.131
56	Izrael Ribeiro De Mendonça	8.233.612	1-B	84	0	84	457	12.262	12.262	20.958
57	Nelson Uzeloto	7.174.458-7	1-B	84	0	84	457	9.580	9.580	24.107
58	José Luiz Estete Neto	15.927.696	1-B	84	0	84	457	6.353	6.423	18.004
59	Ademir Ferrari	16.799.836	1-A	84	0	84	457	6.322	6.322	16.966
60	Maria Fatima Noca	21.756.720-4	1-A	84	0	84	457	6.273	6.273	16.301
61	Oswaldo Rodrigues Gomes	15.964.253-X	1-A	84	0	84	457	6237	6237	24004
62	Abenel De Macedo	9.119.011	1-A	84	0	84	454	12.184	12.184	24.591
63	Waldir Rodrigues De Oliveira	8.511.471-6	1-C	83	0	83	457	12919	12919	22246
64	Sebastião Vieira Lima	6.377.379	1-A	83	0	83	457	10.892	10.892	21.171
65	Antonio Paulo Firmino Garcia Maximo	8.722.917	1-A	83	0	83	457	10.776	10.776	20.430
66	Sebastião Rodrigues De Oliveira	9.222.512	1-B	83	0	83	457	9.512	9.512	19.406
67	José Gilberto Do Nascimento	14.547.142	1-B	83	0	83	457	8.452	8.452	17.626
68	João Dos Santos Filho	16.955.046-1	1-B	83	0	83	457	8449	8449	23958
69	Valdir Graciano	15.271.128	1-B	83	0	83	457	8.319	8.319	17.347
70	Eleno Torres Da Silva	20.645.026-6	1-A	83	0	83	457	6.350	6.350	22.749
71	Antonio Carlos Da Silva	10.494.704	1-B	83	0	83	457	6.349	6.349	20.019
72	Jorge Da Silva	16.126.273	1-B	83	0	83	457	6.337	6.337	18.008
73	Antonio Marcos Braz	22.939.783-9	1-A	83	0	83	457	6277	6277	13990
74	Edson Luiz De Oliveira	18.828.015-7	1-B	83	0	83	457	6.189	8.967	18.476
75	Clovis Jose Da Costa	5.764.948	1-A	83	0	83	433	8.540	8.540	21.056
76	José Quirino Dos Santos	7.125.896	1-C	82	0	82	457	12.935	12.935	22.464
77	João Delfino	8.353.603	1-C	82	0	82	457	12.917	12.917	21.434
78	Marcos Antonio Franzoni	7.695.203	1-A	82	0	82	457	10.776	10.776	19.354
79	Ivo José Moreira	7.692.344	1-C	82	0	82	457	10.531	13.190	21.145
80	José Antonio Soares Filho	12.937.295-X	1-B	82	0	82	457	10161	10161	18263
81	Esteves Martins Dourado	13.583.872	1-B	82	0	82	457	9.056	9.056	19.658
82	Geraldo Martins	8.930.819-0	1-B	82	0	82	457	8991	8991	22470
83	Geraldo Marco De Almeida	4.274.609-7	1-B	82	0	82	457	8.444	8.444	22.208
84	José Carlos Alves Bom	16.561.772	1-B	82	0	82	457	8.320	8.320	17.201
85	Louirval De Oliveira Machado	21.191.910	1-A	82	0	82	457	7.984	7.984	15.225
86	Marcelo Albino Benitte	26.750.649-1	1-A	82	0	82	457	6342	6342	13706
87	José Souto Ferreira	10.226.608	1-B	82	0	82	456	12.213	12.213	22.898
88	Nelson Pereira	7.564.992	1-B	82	0	82	453	9.387	9.387	24.070
89	Alvino Afonso Cardoso	7.103.362	1-B	81	0	81	457	13.429	13.429	20.779
90	Maria Do Carmo Da Silva Manni	15.688.206-1	1-B	81	0	81	457	10434	10434	17738
91	Luiz Benedito Camargo	10.545.787	1-B	81	0	81	457	9.444	9.444	20.557
92	Ivan Pedroso	8.677.896	1-B	81	0	81	457	8.439	8.439	20.326
93	Neuza Gonçalves Ventura	18.052.764-2	1-A	76	5	81	457	7301	7301	15847
94	Luís Lopes De Brito	14.199.328	1-A	81	0	81	457	6.352	6.352	18.046
95	João Luiz Campanholi	2.324.747	1-A	81	0	81	457	6.339	6.339	17.911
96	José Antonio Da Silva	9.795.235-7	1-B	81	0	81	457	6338	6338	21620
97	João Batista Genaro	20.743.627	1-A	81	0	81	456	6.320	6.320	19.504
98	Sebastião Da Silva Campos	5.945.990	1-B	80	0	80	457	12.222	12.222	21.542
99	Eva Das Graças	11.634.254	1-B	80	0	80	457	11.446	11.446	20.211
100	Jose Marques De Oliveira	10.243.639-3	1-B	80	0	80	457	11446	11446	19658
101	Adao Aparecido Da Silva	6.610.977-2	1-B	80	0	80	457	11.428	11.428	21131
102	Sergio Rodrigues	13.138.021	1-A	80	0	80	457	11097	11097	18013
103	José Benedito De Goes Castro	11.690.367	1-A	80	0	80	457	10.745	10.745	17.622
104	Edson Tavares De Lima	8.863.412-7	1-B	80	0	80	457	9.013	9.013	19.648
105	Marta Augusto De Oliveira	12.802.572-4	1-B	80	0	80	457	8754	8754	20089
106	Geraldo Gieske	18.153.094-6	1-B	80	0	80	457	6.359	6.359	16.930
107	Evandro Barboza	23.818.191-1	1-A	80	0	80	457	6.346	6.346	13.805
108	Carlos Roberto Alegre	7.412.196	1-B	80	0	80	457	6.345	6.345	20.351
109	Ermidio Jose Balbino	14.653.380-X	1-A	80	0	80	457	6.302	6.302	20.374
110	Nadir Aparecida Camargo Prado	24.767.425-4	1-A	80	0	80	457	6282	6282	17705
111	Oswaldo Pereira	7.566.671	1-B	80	0	80	455	9.377	9.377	20.866
112	José Valério Da Silva Filho	6.867.723	1-C	79	0	79	457	13.530	13.530	22.646
113	Ademar Dias Moreira	6.116.873	1-C	79	0	79	457	12.851	12.851	21.049
114	Antonio Cândido De Camargo	7.125.126	1-B	79	0	79	457	12.266	12.266	24.587
115	Odílio Gomes	4.925.682-8	1-B	79	0	79	457	10714	10714	22486
116	Miguel Pereira Dos Santos	10.751.789	1-A	79	0	79	457	10.575	10.575	19.819
117	Maria Antonia Hilario	15.642.776	1-B	79	0	79	457	9.375	9.375	21.387
118	Nelson De Azevedo Soares	7.959.411	1-A	79	0	79	457	8.973	8.973	19.993
119	Amilton Antonio Junta	3.940.502	1-A	79	0	79	457	8.726	8.726	23.560
120	Mariene Xavier Ferreira	11.082.172	1-B	79	0	79	457	8.104	8.104	17.976
121	Zuleide Batista Menezes	12.804.559	1-A	79	0	79	457	6.455	8.950	20